

OS DESAFIOS DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE PEDAGOGIA SOBRE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

THE CHALLENGES OF THE ACADEMICS OF THE PEDAGOGY COURSE ON THE NON-COMPULSORY STAGE

Gisele Casagrande¹

Samira Casagrande²

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo analisar os desafios encontrados pelos acadêmicos no estágio não obrigatório do Curso de Pedagogia. Desta forma, a mesma é de cunho qualitativo e de caráter descritivo, sendo a entrevista na modalidade semiestruturada, e aplicada com sete acadêmicas do Curso de Pedagogia. Deste modo, a partir da análise do referencial teórico e pesquisa de campo, constatou-se que o estágio não obrigatório exerce um importante papel na formação dos profissionais da educação e por meio dele os acadêmicos podem vivenciar situações do dia a dia na escola. Foi possível concluir que mesmo entre tantos desafios encontrados na realização do estágio não obrigatório, o mesmo contribui de forma significativa para a formação inicial docente, promovendo reflexões sobre os conhecimentos adquiridos e as práticas pedagógicas vividas nas experiências no cotidiano escolar.

PALAVRAS CHAVE: Estágio obrigatório. Estágio não obrigatório. Formação Docente. Relação teoria e prática.

ABSTRACT: This research aims to analyze the challenges encountered by academics of the Pedagogy course in stage non-compulsory. In this way, the same is of qualitative nature and descriptive character, being the interview on semi-structured mode, and applied with seven academic course in pedagogy. In this way, from the analysis of the theoretical and field research, it was found that the non-mandatory internship plays a major role in the training of education professionals and through him the academics can experience situations of everyday life at school. It was possible to conclude that even among many challenges encountered in carrying out the stage not required, the same contributes significantly to the initial teacher training, promoting reflection on the knowledge acquired and the pedagogical practices experienced in experiences in daily life.

¹ Graduada em Pedagogia – giselecasa@hotmail.com

² Mestre em Educação - sca@unesc.net

KEYWORDS: Internship required. Stage not required. Teacher Training. Relationship theory and practice.

1 INTRODUÇÃO

Este tema surgiu a partir da realização do estágio não obrigatório na Educação Infantil no período de formação acadêmica do Curso de Pedagogia. Neste período de estágio, foi possível perceber que os estagiários encontram barreiras ao se confrontar com a prática pedagógica na escola.

É no estágio não obrigatório que o acadêmico tem a oportunidade de refletir a teoria e a prática e concretizar alguns pressupostos teóricos que por ele são observados em sala de aula e também por compartilhar experiências com profissionais mais experientes da escola.

Assim, a problemática desta pesquisa é: Quais os desafios encontrados pelos acadêmicos do Curso de Pedagogia no estágio não obrigatório? A partir da questão problema, foram elaboradas as seguintes questões norteadoras: O que é o estágio não obrigatório? Qual a importância do estágio não obrigatório na formação inicial docente? Qual a relação de teoria e prática pedagógica no estágio não obrigatório?

Nesta perspectiva, a pesquisa tem como objetivo geral: analisar os desafios encontrados pelos acadêmicos do Curso de Pedagogia no estágio não obrigatório. Seguido dos objetivos específicos: contextualizar o estágio não obrigatório; perceber a importância do estágio não obrigatório na formação inicial docente e estabelecer relação entre teoria e prática pedagógica no estágio não obrigatório.

O estágio é um ato educativo escolar desenvolvido pelo acadêmico com a função de cumprir um planejamento de atividades curriculares de acordo com as normas da instituição para qual está trabalhando, que visa prepará-lo para sua formação docente. O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório. O foco desta pesquisa são os desafios do estágio não obrigatório, que é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. No estágio não obrigatório, o acadêmico realiza situações reais do trabalho que vai exercer depois de formado. Por meio da realização do estágio o futuro docente pode ter orientações sobre sua especialização, integrar teoria e prática, observar para

criar estratégias de trabalho em sala de aula e se adaptar social e psicologicamente a sua atividade profissional.

Para validar esta pesquisa foram analisados documentos que contextualizam o estágio não obrigatório e estudadas pesquisas já realizadas sobre as características desta temática, baseando-se principalmente em autores como: Pimenta e Lima (2006), Tardif (2002), Freire (1996), Souza (1999), entre outros.

Contudo, a pesquisa bibliográfica desse artigo foi elaborada a partir do contexto histórico sobre o estágio não obrigatório, com o objetivo de compreender o surgimento do estágio e as leis que regem o estágio não obrigatório, analisando sua importância na formação inicial docente, sua relação com a teoria e prática e suas contribuições para uma prática docente que visa à melhoria do ensino e aprendizagem. Em seguida, aos estudos teóricos, é descrita a metodologia utilizada nesta pesquisa, que foi realizada por meio da pesquisa de campo com sete acadêmicas do Curso de Pedagogia, mediante entrevista semiestruturada, após a análise dos dados obtidos e conclusão da pesquisa.

2 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

O estágio é uma prática que visa preparar os alunos para o mercado de trabalho de acordo com o curso que está matriculado e frequenta regularmente. O estágio é regulamentado pela lei nº 11.788 de 25/09/2008 e faz parte do projeto pedagógico do curso.

Mas até chegar à lei nº 11.788 de 25/09/2008, foi uma longa caminhada de mudanças nas regulamentações da lei de estágio no Brasil. Na década de 40, algumas normas legais tentaram regulamentar o estágio no Brasil. São elas: Decreto nº 4.073/42, portaria nº 1.002/67 do Ministério do Trabalho, o Decreto nº 66.546/70, o Decreto nº 75.778/75, a Lei nº 6.494/77 e o Decreto nº 87.497/82 e também foram considerados pareceres do (CNE) Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 1942).

Em 1942, o Decreto nº 4.073 define o estágio como um “período de trabalho” realizado pelo aluno em alguma indústria, sob a supervisão de um docente. O estágio não cumpria papel educativo, visava apenas obter mão de obra de baixo custo (BRASIL, 1942).

No final da década de 60, o estágio foi instituído nas escolas técnicas e faculdades, com a portaria nº 1.002/67, seu objetivo era aperfeiçoar o ensino, criar condições favoráveis entre escolas e empresas, determinando que o estágio seria firmado por um contrato onde ficaria estabelecido o tempo de estágio, carga horária, valor da bolsa e seguro contra acidentes pessoais dos estagiários. Porém, como ainda se pensava somente nos interesses das empresas, não teria vínculo empregatício, nem direito a férias e 13º salário, como cita a lei 4.073/4 (BRASIL, 1967).

Na década de 70, com as mudanças na economia do país, criaram-se os “estágios práticos”, tanto em setor público como privado, ainda sem vínculo empregatício. Estes estágios eram destinados aos alunos das áreas de engenharia, tecnologia, economia e administração, por meio do Decreto nº 66.546/70, deixando de fora as áreas da saúde e educação. Os estágios serviam apenas para suprir a deficiência de mão de obra em algumas áreas das empresas (BRASIL, 1970).

Ainda na década de 70, ocorre a regulamentação do estágio de acadêmicos do ensino superior e profissionalizante de 2º grau, com o decreto nº 75.778/75. Ou seja, fora as leis e portaria, a lei que tratava exclusivamente do estágio foi publicada no final da década de 70. A Lei 6.494/77 somente foi regulamentada pelo decreto nº 87.497/82 que não alterou nada por mais de uma década.

Foram décadas de mudanças nas normas legais que não contemplaram a formação plena do aluno por meio dos estágios, pois a ideia de estágio era fragmentada, pensando apenas nos interesses das empresas. Isto aconteceu até início de 2000. Em 2008, a Lei nº 11.788/2008, define o estágio como o ato educativo escolar supervisionado, preparando o aluno para o mercado de trabalho e fazendo a partir de então parte do projeto pedagógico do curso (BRASIL 2008).

Logo, o estágio se divide em duas modalidades: estágio obrigatório e estágio não obrigatório, que foram baseados na LEI Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, capítulo I:

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. (BRASIL, 2008).

De acordo com Brasil (2008) art. 10, o estágio não obrigatório não conta como hora do Estágio Obrigatório Curricular do Curso de Pedagogia, pois é uma opção do acadêmico e trata-se de um estágio remunerado.

O campo de estágio é constituído por entidades de ensino privado, órgãos de administração pública e as instituições de ensino. Para que seja possível realizar o estágio não obrigatório é necessário que as instituições estejam de acordo com as conformidades da lei nº 11.788/2008.

O estágio não obrigatório não pode exceder a 2 anos e as atividades desenvolvidas pelo estagiário são estabelecidas entre a empresa concedente e o estagiário, não podendo ultrapassar a carga horária de 6 hs/dia, ou seja, 30hs semanais (UNESC, 2009).

Para que o acadêmico possa realizar o estágio não obrigatório são necessárias algumas regulamentações estabelecidas no inciso no art. 3º da Lei 11.788/2008:

Precisa o acadêmico estar frequentando regularmente o ensino superior; fazer e assinar um termo de compromisso entre as partes (acadêmico, empresa concedente e instituição de ensino); estabelecer relação entre as atividades desenvolvidas no estágio e as descritas no termo de compromisso. (UNESC, 2009).

Então cabe ao estagiário atender as cláusulas do termo de compromisso, desenvolver as atividades de acordo com o plano de atividades, submeter-se ao procedimento de avaliação do estágio e assinar relatórios de acompanhamentos e avaliação no prazo pré-estabelecidos com a Inciso VII do art. 9 da lei 11.788/2008. Bem como, lhe é permitido desenvolver atividades em uma mesma unidade de ensino no período de 2 (dois) anos, ser remunerado por bolsa ou outra forma de pagamento, ter férias de 30 dias desde que seu contrato seja de 1 (um) ano de duração, de preferência que as férias ocorram durante o período de recesso escolar, receber remuneração durante recesso escolar no estágio não obrigatório, receber proporcional aos dias de férias caso seu contrato seja de menos de 1 (um) ano e reconhecer que vale transporte, alimentação e saúde não caracterizam vínculo empregatício. (UNESC, 2009).

2.1 A importância do estágio não obrigatório na formação inicial docente

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 3, nº1, janeiro/junho 2019.– Curso de Pedagogia– UNESC

O estágio não obrigatório possibilita que o acadêmico estabeleça relação entre a teoria e a prática, que unidas são consideradas um trabalho de pesquisa diferenciada. Pimenta e Lima (2006, p.6) dizem: “[...] o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas. Neste sentido, o estágio poderá contribuir em atividade de pesquisa.”

Andrade (2005) acrescenta dizendo que o estágio não obrigatório é um eixo articulador entre o acadêmico e o mercado de trabalho, sendo sua iniciação profissional. Durante o estágio o estudante vai identificar o que lhe espera na sua atuação docente e perceberá maneiras de contribuir para o desenvolvimento na organização do seu trabalho.

A prática de estágio, neste sentido, é entendida como:

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008, p. 7).

Diante disso Guimarães, Fonseca e Bernardes (2010) destacam a importância da realização do estágio curricular, quando este é visto como espaço educativo, pois, se trata de um momento em que o acadêmico desenvolve atividades educacionais nas mais variadas modalidades de ensino.

Por outro lado, os conteúdos estudados na universidade são questões de discussão constante no campus por alunos e professores, pois se reconhece a importância de estudar autores que fundamentam teoricamente os estudos, porém, quando é chegada a hora de iniciar a docência por meio do estágio, encontramos vários desafios que apontam para uma prática educativa desvinculada das teorias estudadas (PIMENTA; LIMA, 2006).

Se por um lado os cursos de graduação têm seus currículos baseados em teorias de estudiosos que fundamentam o desenvolvimento das atividades educativas nas escolas, por outro lado, a prática vivenciada pelos estudantes no dia a dia em sala de aula se contrapõe estas teorias mostrando uma nova realidade, distanciando teorias estudadas na universidade e prática nas instituições escolares, anulando uma ou outra (PIMENTA; LIMA, 2006).

Portanto, o estágio não obrigatório é significativo a qualquer curso de graduação. Os acadêmicos criam perspectivas em relação ao que vai acontecer nesse período, uma vez que só tem base nos conhecimentos teóricos e, é o momento de colocar em prática tudo aquilo que foi discutido durante seu início de formação docente, levando assim a teoria para a prática de sala de aula (PIMENTA; LIMA, 2006).

Por outro lado, Tardif (2002) diz que, o estágio curricular também é constituído de desafios. Pois ao chegar à universidade os acadêmicos esperam encontrar na graduação respostas para muitas de suas perguntas, como por exemplo, o que se refere ao modo de ensinar. Tardif (2002) acrescenta que ao ingressar na graduação, os licenciandos, buscam um manual de instruções de como lecionar, como agir e metodologias de ensino que mostrem a forma correta de dar aulas, pois gostariam de saber exatamente como trabalhar os conteúdos curriculares. Porém, segundo Tardif (2002), quando interrogados, os professores afirmam que não existe um manual que ensine a ser um bom professor e lecionar. O que vai dar um suporte pedagógico para sua atuação docente é a experiência da teoria aplicada na prática em sala de aula. Tardif (2002, p.32) diz que: “estas são perguntas muito comuns nos cursos de formação docente, que parecem problematizar a relação professor e saberes. Para o autor as pesquisas sobre docência são novas e ainda em andamento nas ciências da educação.”

No entanto, Tardif (2002) acrescenta dizendo que: para os acadêmicos o estágio não obrigatório serve para responder estas perguntas e concretizá-las, pois, no encontro com a vida prática escolar surgem alguns desafios que mostram de verdade o que é ser professor na atualidade. Na escola podemos encontrar professores amigáveis e outros nem tanto, alunos interessados e outros não, enfim, a escola é cheia de peças que se movem (TARDIF, 2002).

Sobre a relação professor, aluno e escola Tardif (2009) afirma que:

[...] ora, a escolarização repousa basicamente sobre interações cotidianas entre os professores e os alunos. Sem essas interações a escola não é nada mais que uma imensa concha vazia. Mas essas interações não acontecem de qualquer forma: ao contrário, elas formam raízes e se estruturam no âmbito do processo de trabalho escolar e, principalmente, do trabalho dos professores sobre e com os alunos. (TARDIF, 2009, p. 23).

Ou seja, a educação se dá no processo da interação por meio das relações sociais. Sendo assim, os profissionais da educação aplicam seus conhecimentos no ambiente escolar e Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 3, nº1, janeiro/junho 2019.– Curso de Pedagogia– UNESC

por isso é necessário que se faça uma reflexão e aprofundamento dos saberes docentes na graduação. “Para possibilitar que os alunos reflitam e aprofundem seus conhecimentos sobre esses saberes.” (TARDIF, 2009, p.31).

Pois ao se aprofundar nos saberes docentes o acadêmico apresenta em sua prática docente alguns desses saberes que é constituído nos saberes de formação profissional, nos saberes disciplinares, nos saberes curricular e nos saberes experienciais (TARDIF, 2002).

Em suma, para os profissionais da educação todos os saberes adquiridos são essenciais na formação das suas competências (TARDIF, 2002).

2.2 O estágio não obrigatório e sua relação com a prática pedagógica

Nos dias atuais as relações profissionais se dão de uma forma muito rápida, exigem que ao entrar no mercado de trabalho o profissional já esteja preparado para desempenhar sua função com qualidade e agilidade. Sobre isso, Souza (1999) acrescenta que a formação tem um compromisso tanto com a construção de conhecimento quanto com a vida profissional. Para o referido autor, a formação profissional deve ter alguns aspectos articulados: “agir, refletir, pensar, inovar e recriar.” (SOUZA, 1999, p. 170). Porém, o sucesso deste processo depende da articulação entre teoria e prática.

Andrade (2005) se posiciona dizendo que:

O estágio permite a integração da teoria e prática – o encontro do geral com o particular, do conceitual com o concreto, do virtual com o real. É, portanto, o estágio, uma importante parte integradora do currículo, a parte em que o licenciado vai assumir pela primeira vez a sua identidade profissional e sentir na pele o compromisso com o aluno, com sua família, com sua comunidade, com a instituição escolar, que representa sua inclusão civilizatória, com a produção conjunta de significados em sala de aula, com a democracia, com o sentido de profissionalismo que implique competência – fazer bem o que lhe compete. (ANDRADE, 2005, p.24).

Deste modo, é importante incentivar o desenvolvimento das potencialidades em suas particularidades, possibilitando que as novas gerações de profissionais docentes vão além das suas habilidades pré-estabelecidas, para assim, serem capazes de inovar adotando métodos de docência, críticas e novas metodologias e estratégias alternativas. O docente por sua vez,

deve ter como meta uma prática que colabore com a transformação da realidade, conduzindo para uma sociedade mais igualitária (ANDRADE, 2005).

Segundo Tanuri (2000) as primeiras tentativas de sistematização entre a teoria e a prática no estágio ocorreu em 1835 com a criação das “Escolas normais”, reafirmando com a denominação “Habilitação para o Magistério” e com os cursos de licenciatura presentes na Lei 5692/71.” (TANURI, 2000, p.66).

O conceito de prática que se efetivou no início do século XX sobre a formação de professores foi o de imitação de exemplos já existentes. Reproduziam-se os bons exemplos. Isso acontecia a partir da observação, imitação, reprodução e reelaboração de práticas já conceituadas como bons modelos a serem seguidos (PIMENTA; LIMA, 2004).

Somente em meados de 1950, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) registra a preocupação com a dissociação entre teoria e prática. No discurso educacional vai crescendo a necessidade de um planejamento adequado que atenda as deficiências das atividades de estágio, dando um direcionamento na observação e estratégia para uma organização de regência (PIMENTA; LIMA, 2004).

As preocupações se fundamentavam na aplicação dos modelos imitados pelos docentes que desvalorizavam a formação intelectual do professor e reduzia sua atividade docente a apenas imitar os exemplos que por ele foram observados, sem uma análise crítica, e com falta de fundamentação teórica (PIMENTA; LIMA, 2004).

Para Pimenta e Lima (2004), este modelo pedagógico de teoria e prática empobrece a prática e está presente em várias áreas do conhecimento, privilegiando a separação entre o trabalho intelectual e manual. Por isso, é importante estudar esta relação na formação do professor sendo ele um agente de transformação da realidade social. Pimenta e Lima (2004) afirmam que:

O papel da teoria é iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, elas próprias em questionamentos, uma vez que as teorias são explicações provisórias da realidade. (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 43).

Deste modo, as teorias oferecem subsídios para a realização da prática docente. E a prática segundo Pimenta e Lima (2004, p.47) “são as formas de educar que ocorrem em

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 3, nº1, janeiro/junho 2019.– Curso de Pedagogia– UNESC

diferentes contextos”, que por sua vez transforma a realidade criando soluções inovadoras para as preocupações registradas.

Pois o professor deve ter seu próprio posicionamento quanto ao Estágio, compreendendo o mesmo como um espaço que oportuniza efetivar conhecimentos e saberes necessários à prática docente (SILVA, 2003).

Freire (2006), diz que é primordial que, em sua formação o professor se perceba e se assuma como professor, refletindo sobre tudo que norteia suas ações como: as teorias, as crenças e os valores, pesquisando métodos de ensino com o objetivo de melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

Sobre isso Silva (2003, p.17) afirma que se o estágio for considerado como “espaço de problematização das ciências gerais e específicas, em que a práxis educativa é tomada como objeto de estudo e de compreensão da transição dos conhecimentos puros para os conhecimentos tecnológicos aplicados à realidade educativa” sua significação ficará mais clara.

Segundo Silva (2003), o estágio e a formação do professor não estão isolados. A prática pedagógica não acontece sozinha, é no estágio que suscitam as pesquisas, discussões, que se estudam melhor as teorias e práticas, criamos conceitos e construímos conhecimento.

Dessa forma, a função do estágio não obrigatório não é apenas aplicar na prática o que se aprende na teoria, mas sim, compreender esses conhecimentos teóricos pensando na realidade que viverá o futuro docente (SILVA, 2003).

Assim também, Saviani (2005, p.13), acrescenta dizendo que o professor tem que ver o trabalho como princípio educativo, podendo assim organizar suas metodologias de ensino, tendo como referência o trabalho que é o centro da formação humana. Ou seja, “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. ” (SAVIANI, 2005, p. 13).

Deste modo, o estágio, não pode ser considerado como apenas uma ação prática do estagiário. Precisa-se refletir sobre ele, elaborá-lo pensando em cada ação conforme o contexto a qual está inserido. Isso significa pensar o trabalho realizado no estágio como ação intencional. Saviani, (2005, p.11) acrescenta que: “[...] o trabalho instaura-se a partir do

momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente, o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional. ”

Ou seja, a ação intencional tem como referência o estudo e a pesquisa. Cabe ao professor conduzir um processo de transposição didática em torno de seus conhecimentos científicos, considerando o saber e o saber sobre o fazer, integrados na formação dos alunos, bem como, ter o comprometimento no seu modo de ensinar e na maneira como ensina, quando trabalha com futuros professores (SAVIANI, 2005).

3 METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os desafios encontrados pelos acadêmicos no estágio não obrigatório do curso de Pedagogia. É uma pesquisa qualitativa, pois se pretende analisar os dados coletados e estabelecer relação com estudos teóricos bibliográficos. Segundo Pinheiro (2010, p. 20) “a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características de comportamento. ”

A metodologia para a realização desta pesquisa sobre o estágio não obrigatório foi de natureza básica, que parte da abordagem qualitativa que se refere à coleta de informações e instrumentos como entrevistas abertas, relatos e análise documental. Portanto, é uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória.

Esta investigação é uma pesquisa exploratória, pois segundo Pinheiro (2010) possibilita construir hipóteses, envolve levantamentos de dados, e também nos permite fazer questionários, ou entrevistas. Neste trabalho foi utilizada a entrevista semiestruturada como instrumento para responder aos objetivos desta pesquisa. A entrevista é uma técnica de coleta de dados, onde o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe faz perguntas com o objetivo de obter dados que interessam à investigação (GIL, 2007).

Trata-se de uma pesquisa de campo, com entrevista semiestruturada, onde foram entrevistadas 7 (sete) acadêmicas do Curso de Pedagogia - UNESC e que realizam o estágio Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 3, nº1, janeiro/junho 2019.– Curso de Pedagogia– UNESC

não obrigatório. Frente ao pesquisador as entrevistadas responderam 7 (sete) questões que se subdividem em duas partes: 1- características do investigado e 2- Seis (6) perguntas sobre o estágio não obrigatório.

Os dados serão analisados em duas categorias: O estágio não obrigatório e sua interface com a formação inicial docente e, as “incompletudes” do estágio não obrigatório.

A entrevista foi realizada no campus da UNESC, utilizando os amplos espaços que permitem uma conversação entre entrevistador e entrevistadas como: biblioteca, sala de aula, brinquedoteca, entre outros, no intervalo das aulas das entrevistadas, as quais foram denominadas de A1, A2, A3, A4, A5, A6 e A7. As acadêmicas entrevistadas estão cursando entre a 5ª e 8ª fase do Curso de Pedagogia, têm entre 21 e 39 anos de idade e, atuam na área de estágio não obrigatório no período de 1 a 4 anos. Importa saber que, as entrevistadas que estão no estágio não obrigatório a mais de 2 anos, atuaram em dois órgãos distintos: prefeitura municipal e AFASC.

3.1 O estágio não obrigatório e sua interface com a formação inicial docente

Esta categoria de análise irá tratar das questões relacionadas sobre o que representa o estágio não obrigatório na visão das acadêmicas entrevistadas, às diferenças sobre o estágio obrigatório e não obrigatório, sua importância para a formação inicial docente e as contribuições mais relevantes que as acadêmicas levarão para sua prática docente.

Tendo em vista que o estágio não obrigatório é uma preparação para o mercado de trabalho, foi perguntado para as acadêmicas entrevistadas o que representa para elas o estágio não obrigatório. Cada uma respondeu conforme sua particularidade e experiências vividas em sala de aula como estagiária no estágio não obrigatório.

Segundo as entrevistadas A1 e A5, o estágio não obrigatório representa uma forma de articular teoria e prática. Porém A1 acrescenta dizendo que é também “a oportunidade de aprender” e vivenciar a realidade da sala de aula. Para A4, o estágio não obrigatório é a porta de entrada para a docência e uma oportunidade de refletir sobre qual caminho seguir. Para Tardif (2002), o estágio supervisionado tem como objetivo oportunizar o acadêmico a observação, a pesquisa, o planejamento, a execução e a avaliação de diferentes

atividades pedagógicas, ou seja, é uma aproximação da teoria acadêmica com a prática em sala de aula.

A3 afirma que o estágio não obrigatório por ser remunerado, possibilita a mesma de financiar seus estudos, que é também citado por A6 quando diz: “representa uma forma de pagar a faculdade, pois não atuamos como professores.” Já a entrevistada A7 diz que: “para mim o estágio tem representado um desafio e um aprendizado”, vivenciar diferentes situações e “é de extrema importância para auxiliar na minha renda familiar.” Podemos constatar por meio das respostas das entrevistadas A3, A6 e A7, que realizar o estágio não obrigatório para elas não significa apenas uma forma de viver as experiências cotidianas de docente, mas muitas vezes o principal objetivo da realização do estágio não obrigatório é conseguir financiar seus estudos e ajudar nas despesas de casa. Conforme UNESCO (2009) em seu art. 50:

Art. 50 – Os estágios realizados em instituições públicas ou privadas, ou junto a profissionais liberais, deverão ser remunerados, de acordo com o que for estabelecido no Termo de Compromisso de Estágio.

§ 1º - O estagiário terá direito ao recebimento de auxílio- transporte, conforme condições previstas em termo de compromisso.

§ 2º - O estagiário terá direito a recesso remunerado proporcional de 30 (trinta) dias a cada 12 (doze) meses de atividades, em período que coincida, preferencialmente, com suas férias escolares.

Diante disso, percebe-se que o estágio não obrigatório representa para as entrevistadas não somente uma forma de aplicar suas teorias na prática em sala de aula, mas, possibilita outras variáveis como conseguir por meio da remuneração financiar sua permanência e conclusão no curso, refletir sobre as metodologias de ensino e também a realização de um sonho.

A partir de tudo que estudamos até o presente momento, entende-se que o estágio é uma prática de aprendizado que se refere à profissão que será exercida no futuro. No entanto, o estágio se divide em duas modalidades: estágio obrigatório e estágio não obrigatório, que foram baseados na LEI Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, capítulo I, onde diz que, “o estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.” E o “estágio não obrigatório é

aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. ” (BRASIL, 2008).

Para as entrevistadas dessa pesquisa as duas modalidades de estágio: estágio obrigatório e estágio não obrigatório têm seus conceitos definidos em suas particularidades. A acadêmica A1 diz que a diferença é que o estágio não obrigatório é uma opção de o estudante fazer ou não. A2 define as duas modalidades afirmando que, o estágio obrigatório “é um trabalho forçado, que a acadêmica faz porque o curso exige, mas por ela poderia tardar sua atuação. ” E o estágio não obrigatório “é uma escolha nossa, uma oportunidade que nos damos”. Para A3 no estágio obrigatório “eu que faço planejamento, aplico e desenvolvo tudo, não é remunerado. ” No estágio não obrigatório: “não faço planejamento, é remunerado, atuo 2 anos e tem férias remuneradas. ” A4 diz que no estágio obrigatório “atuamos como professoras e somos avaliadas. ” Já no estágio não obrigatório: “atuamos como monitoras de crianças com algum tipo de deficiência e auxiliamos os demais alunos. ” A6 relata que o estágio obrigatório lhe deixa muito tensa “pois o tempo de atuação é muito curto e não foi possível criar um vínculo com a turma. ” Já no estágio não obrigatório “cria-se um vínculo com a turma ficando assim mais confortável e segura para atuar com a turma. ”

Percebe-se que o estágio supervisionado obrigatório ou não obrigatório, tem como objetivo possibilitar aos acadêmicos o início a docência, pois na realização do estágio curricular os alunos-estagiários poderão confrontar a teoria e a prática na realidade, socializar experiências e opinar sobre estratégias para resolver os problemas. No entanto, a questão da remuneração ainda prevalece forte na opinião de algumas entrevistadas.

Perguntamos então, para as entrevistadas, qual a importância do estágio não obrigatório para sua formação inicial docente? E diante da importância e desafios que o estágio não obrigatório proporciona quais as contribuições mais relevantes você levará para sua prática docente?

As respostas se deram da seguinte forma: A1 diz que a importância do estágio não obrigatório “é bem relevante, pois nele conseguimos adquirir conhecimentos lidando com as pedagogas, crianças, e todo o grupo escolar. ” E acrescenta dizendo que: “as contribuições mais relevantes que irei levar são: o relacionamento, a vivência com as crianças, dinâmicas, projetos e um rico conhecimento adquirido através das dinâmicas. ” Para A2 a importância é:

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 3, nº1, janeiro/junho 2019.– Curso de Pedagogia– UNESC

“unir a teoria com a prática, rever conceitos e perceber a vivência das instituições para nossa formação. ” E as contribuições são “aquelas que me fizeram melhorar como acadêmica e profissional. ” A3 descreve assim, a importância é “conhecer a realidade escolar e seu entorno. ” E os pontos relevantes é poder crescer profissionalmente e ver como as professoras atuam.

Pôde-se observar que cada acadêmica entrevistada tem seu próprio conceito sobre a importância da realização do estágio não obrigatório e suas relevâncias para a formação inicial docente. A4 diz que o estágio não obrigatório é importante, pois por meio desta experiência pode aprender com o professor regente como atuar em sala de aula. E os pontos relevantes e contribuições são: “não cometer os mesmos erros que os professores mais experientes comentem” e “trabalhar a teoria e a prática com um jeito diversificado de ensinar”.

A5 relata a importância do estágio não obrigatório como “um momento em que o acadêmico conhece o ‘terreno’ em que vai exercer sua função para sua prática pedagógica [...] contextualizar a prática da escola com o conhecimento que está sendo construído ao longo da sua formação inicial. ” Acrescenta ainda que o ponto mais relevante é “observar a postura do professor em sala de aula, e a autoridade por ele exercida. ”

Já para A6 a importância do estágio não obrigatório é: “creio que vemos o outro lado da escola como as necessidades e dificuldades. ” E os pontos relevantes são: “não gritar com meu aluno, pedir desculpas para as crianças, perceber com cuidado as dificuldades dos alunos, não pôr de castigo, não pôr a culpa na escola e nos pais. ” Por fim, A7 diz que a importância é “ter uma observação mais ampla, [...], pois nos possibilita vivenciar a realidade e nos aproxima das crianças. ” E as contribuições são: “observar o que não fazer, pois professores e gestores não reproduzem o que aprendem e resolvem situações de forma autoritária. ”

Evidenciamos que as acadêmicas do Curso de Pedagogia que realizam o estágio não obrigatório têm diferentes pontos de vista quando se fala na importância do estágio não obrigatório, suas relevâncias e contribuições para formação inicial docente. Pois suas respostas foram diversificadas e contundentes de acordo com o que cada uma vivencia em seu

cotidiano escolar. Porém, são unânimes, quando afirmam que o estágio não obrigatório possibilita uma aproximação com a escola real.

Neste sentido, o que elas esperam do estágio não obrigatório é aprender as metodologias de ensino, observando as práticas pedagógicas utilizadas pelas professoras regentes e filtrar as informações, levando para sua prática docente apenas o que é significativo para o processo de ensino e aprendizagem.

3.2 As “incompletudes” do estágio não obrigatório

Incompletudes significa algo inacabado, contínuo, que está em constante processo de construção com o conhecimento. Freire (1996, p.22) diz: “Minha franquia ante os outros e o mundo mesmo é a maneira radical como me experimento enquanto ser cultural, histórico, inacabado e consciente do inacabamento.” E conclui “Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente” (FREIRE, 1996, p.22).

Portanto, somos todos seres inacabados, vivenciando novas experiências a cada dia e aprendendo com essas experiências. Os desafios fazem parte da nossa trajetória em cada uma dessas experiências que vivemos no cotidiano escolar e esses desafios nos despertam para uma reflexão sobre os seus pontos positivos e negativos para a formação inicial docente. Na perspectiva, de conhecer melhor os desafios encontrados na realização do estágio não obrigatório, perguntamos as entrevistadas quais os desafios que elas encontram no cotidiano escolar e seus aspectos positivos e negativos para formação inicial docente. Obtivemos diferentes respostas.

A entrevistada A1 diz que os maiores desafios são: “o não reconhecimento por parte de algumas pessoas, a lei e a remuneração.” Os pontos negativos são “as barreiras e valorização e, os positivos são a troca de experiências, aprendizado, reconhecimento e amor das crianças.” Para A2 os maiores desafios: “é a desvalorização que se tem da auxiliar da sala, muitas vezes me via apenas como uma ajudante ou ‘quebra-galhos’ quando meu objetivo era apenas aprender com todos.” Os pontos negativos é a resposta mencionada nos desafios e os positivos são “viver, analisar, compreender tudo que aprendemos enquanto trabalhamos

mesmo aquilo que discordamos. ” Segundo A3 relata como desafio: “não ter a chance de participar do planejamento, o fato de tirarmos da sala de aula sempre que alguém falta nos deixando sozinha com a turma para entregar as crianças aos pais, pois os professores trabalham até às 17hs, o grosso somos nós que fizemos na maioria das vezes. ”

Para a entrevistada A4 o maior desafio “é uma sala de aula com aproximadamente 30 alunos, em que a turma é mista. ” O ponto negativo é o professor de sala não aceitar opinião e não ter visão de melhorias para seus conteúdos e os positivos são os desafios encontrados em sala de aula, onde aprendemos a observar os erros e acertos e refletir sobre a metodologia de ensino aprendizagem. Porém, A5 diz que o pior é “conviver com a desmotivação de alguns profissionais e as constantes reclamações da profissão. ” Sobre os pontos negativos diz que “onde há aprendizagem não existe pontos negativos, pois todas as experiências geram aprendizagem. ” E os pontos positivos são “aprendizagem e experiências. ” A6 responde dizendo que um dos desafios é “ser o quebra-galhos da escola complementando aula dos outros professores, cortar lembrancinhas, até mesmo ser culpada de tudo que dá errado. ” Pontos positivos: “tratar bem o meu estagiário e ver o lado escuro da escola. ” Pontos negativos: “acredito que não existem negativos, pois tudo contribuiu para minha formação. ” E por fim a entrevistada A7 diz que “são muitos os desafios, pois o estagiário deveria realizar um tipo de trabalho e, no entanto, realiza outro. ” Ponto negativo: “é ‘pau para toda obra’, somos jogados de uma sala para outra, usados como um tipo de ‘tapa buracos’, o que acaba sendo desmotivador. ”

Evidenciam-se por meio da pesquisa, que as entrevistadas encontram muitos desafios em sua atuação no estágio não obrigatório que as levam a refletir sobre os pontos positivos e negativos desses desafios e suas contribuições para sua futura prática docente. São usados por elas muitos termos pejorativos para definir esses desafios, mas que traduzem a angústia e revolta de muitas das entrevistadas quando se sentem desvalorizadas. Porém, afirmam que também existem pontos que consideram importantes e que contribuem de forma significativa para uma prática pedagógica de qualidade.

Segundo Albuquerque (2007), uma das barreiras mais difíceis a ser enfrentada pelo estagiário é a aceitação do professor, que de acordo com Albuquerque “[...] professores agem contrapondo as experiências pessoais que tiveram, já que muitos vivenciaram em suas

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 3, nº1, janeiro/junho 2019.– Curso de Pedagogia– UNESC

formações, situações nas quais o professor regente não era receptivo, ou não estava interessado em ajudá-los. ” (ALBUQUERQUE; LUDKI, 2007 p.87/88). Deste modo, torna-se necessário uma interação amigável entre o professor e o estagiário, pois assim como o professor regente utiliza exemplos de outros professores para sua atuação. Os estagiários por sua vez, também podem usar de suas observações e experiências de sala de aula para utilizá-las em sua futura prática docente. No entanto, precisa tomar o cuidado ao analisar a prática do professor para ter alguém em que ele possa realmente se espelhar e seguir como exemplo pedagógico. (ALBUQUERQUE; LUDKI, 2007).

Entretanto, percebe-se por meio das respostas das entrevistadas que realmente somos seres inacabados como diz Freire (1996), pois nunca estamos preparados o suficiente para enfrentar os desafios das experiências cotidianas, precisamos buscar mais conhecimentos por meio de estudos, observar, analisar, refletir e reelaborar nossas ações pedagógicas com base nos bons exemplos que vivenciamos e reconstruindo conceitos que não consideramos importante ou eficaz no desenvolvimento de nossas atividades em sala de aula.

Com a finalidade de conhecer os desafios que os acadêmicos do Curso de Pedagogia, encontram no estágio não obrigatório, discutiu-se nesta pesquisa pontos relevantes que poderiam contribuir na formação inicial docente. Assim, abordamos questões relacionadas ao tema como: contextualização do estágio não obrigatório, sua importância, relação teoria e prática, desafios e contribuições.

Nesta perspectiva, Pimenta e Lima (2006), Andrade (2005) e, Guimarães, Fonseca e Bernardes (2010), fundamentam a importância do estágio não obrigatório para a formação inicial docente, e estabelecem relação entre a teoria e a prática.

Tardif (2002, 2009), faz indagações no que se referem aos questionamentos feitos pelos acadêmicos durante o curso e suas perspectivas ao iniciar a docência. Ressaltando a importância de o acadêmico compreender que na universidade ele não encontrará um modelo pronto de como lecionar ou que tipo de metodologias usar em sala de aula. Estas respostas o futuro docente encontrará nas suas experiências vividas em seu cotidiano escolar.

Nesta perspectiva, podemos observar nas respostas das entrevistadas, que para elas o estágio não obrigatório é permeado de pontos relevantes e, ao mesmo tempo, apontam vários desafios na sua realização. Também mostram estratégias e experiências, que buscam

responder as indagações das acadêmicas na graduação como citou acima Tardif (2002, 2009), pois por meio das suas experiências vividas no cotidiano escolar poderão traçar sua trajetória e escolher qual modelo de docência exercer em sua futura atuação como docente.

4 CONCLUSÃO

O estágio não obrigatório e seus desafios tem sido motivo de discussão nos corredores universitário entre os acadêmicos do Curso de Pedagogia, pois os mesmos estão cheios de incerteza, insegurança e buscam respostas rápidas e objetivas sobre como atuar em sala de aula.

Por este motivo, essa pesquisa foi embasada nos estudos teóricos e também nas entrevistas com acadêmicas do Curso de Pedagogia que realizam o estágio não obrigatório. Deste modo, foi possível verificar alguns pressupostos por elas encontrados na sala de aula das instituições escolares que confrontam com as teorias estudadas na universidade. Ou seja, nem sempre o que se estuda na universidade se consegue aplicar na prática, isso decorre por conta de alguns fatores como: sistema de ensino, regras da instituição, entre outros.

Com base na análise de dados coletados nas entrevistas, evidenciamos que as acadêmicas entrevistadas, do Curso de Pedagogia, têm conhecimento da importância de realizar o estágio não obrigatório para sua formação inicial docente, e algumas delas destacam que é por meio do estágio não obrigatório que conseguem relacionar as práticas pedagógicas e teorias.

Porém, não acontece tudo tão simples assim, uma vez que na prática as barreiras encontradas são constantes e surpreendem a todo o momento. Segundo o relato das entrevistadas, ultrapassar esses desafios não é uma tarefa fácil, exige paciência, determinação e força de vontade para continuar.

Com base nos estudos teóricos pode-se perceber que a teoria e prática são indissociáveis, mas que na prática pedagógica, lá na instituição escolar, nem sempre elas caminham juntas, causando certa frustração por parte dos estagiários que ficam tentando entender esta dissociação.

Contudo, entende-se que mesmo diante de tantos obstáculos, o estágio não obrigatório nos possibilita vivenciar inúmeras situações que fazem parte do contexto escolar e

que nos proporcionam um crescimento profissional, que envolve questões de relacionamentos e, teoria e prática no ambiente escolar. Mesmo que esse momento nossa atuação não seja de professor, estamos vivenciando situações que nos preparam para a futura prática docente.

Não podemos deixar de ressaltar os vínculos afetivos que se cria com as crianças e toda a comunidade escolar, que motivam a ir à busca de melhorias na qualidade de ensino e aprendizagem, pois inseridos na escola tem-se a oportunidade de se relacionar com os demais professores, observar suas metodologias de ensino e vivenciar diferentes situações.

Pode-se então, a partir de tudo que foi discutido sobre o estágio não obrigatório, concluir que, mesmo diante de todos os desafios apontados pelas entrevistadas e estudiosos nesse artigo, contribui de forma significativa para a formação inicial docente dos acadêmicos do Curso de Pedagogia, promovendo reflexões sobre os conhecimentos adquiridos e as práticas pedagógicas vivenciadas nas experiências no cotidiano escolar.

5 REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, S. B. G. de; LÜDKE, M. **O professor regente da educação básica e os estágios supervisionados na formação inicial de professores**. 2007. 121p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

ANDRADE, Arnon de. O Estágio Supervisionado e a Práxis Docente. In: SILVA, Maria Lúcia Santos Ferreira da (Org.) **Estágio curricular: contribuições para o redimensionamento de sua prática**. Natal, RN: EDUFRN Editora da UFRN, 2005.

BERNARDINE, Angelita Gralak. **A importância do estágio supervisionado: relato de experiência**. In: FÓRUM DAS LICENCIATURAS, 1., 2011, Guarapuava. **Anais...** Guarapuava: [s.n.], 2011. Disponível em: <<http://anais.unicentro.br/flicenciaturas/pdf/iv1n1/56.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 66.546, de 11 de maio de 1970**. Institui a Coordenação do “Projeto Integração”, destinada à implementação de programa de estágios práticos para estudantes do sistema de ensino superior de áreas prioritárias, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 maio 1970.

_____. **Decreto nº 75.778, de 26 de maio de 1975**. Dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º grau, no Serviço Público Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 maio 1975.

_____. **Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982.** Regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 ago. 1982.

_____. **Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Lei orgânica do ensino industrial. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 jan. 1942.

_____. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 set. 2008.

_____. **Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977.** Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 dez. 1977.

_____. **Portaria nº 1.002, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, de 29 de setembro de 1967.** Institui nas empresas a categoria de estagiário e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 out. 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GIL, A. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social Métodos e técnicas de pesquisa social Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. 8 reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159 p.

GUIMARÃES, Alessandra Rodrigues; FONSECA, Rogério Gerolineto; BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. **Uma experiência de estágio em geografia: anos finais do ensino fundamental da escola estadual Gov. Israel Pinheiro – Ituiutaba-MG.** In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: [s.n.], 2010.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poíesis**, Santa Catarina, v. 3, n. 3-4, p. 5-24, 2006.

PINHEIRO, José Mauricio dos Santos. **Da iniciação científica ao TCC: uma abordagem para os cursos de Tecnologia.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 3, nº1, janeiro/junho 2019.– Curso de Pedagogia– UNESC

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **A formação de docentes da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, no Estado do Paraná**. Documento para organização do Curso de Formação de Professores em nível Médio na Escola Pública do Paraná. 2003.

SOUZA, Renato B. de. O papel do estágio na formação profissional do arquivista: a experiência do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. In: JARDIM, José Maria (Org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999. p. 167-180

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista brasileira de educação**. n. 14, Mai/Jun/Jul/Ago 2000.

TARDIF, Maurice, LESSARD, Claude. **O trabalho docente**. 5 ed. Petrópolis:vozes, 2009.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docente e Formação Profissional**. 9.ed. Petrobras, RJ Vozes, 2002.

UNESC, Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Resolução n. 02/2009**. Câmara Ensino de Graduação. Criciúma, 2009.

VASCONCELOS, Michele O. **Contribuição dos estágios na formação do profissional da informação: estudo com egressos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP)**. 2010. 79 f. Monografia (Graduação) – Escola de Comunicações e Artes/USP, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/node/80>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

WITTMANN, Milton L.; TREVISAN, Marcelo. **Estágios extracurriculares: identificação dos resultados na formação de Administradores**. Disponível em: <http://www.angrad.org.br/area_cientifica/artigos/estagios_extracurriculares_identificacao_do_s_resultados_na_formacao_de_administradores/709/>. Acesso em: 20 mai. 2017.